
SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

— Abril de 1985 —

— POLÍTICA ECONÔMICA

Em abril de 1985, o Ministério da Fazenda (MF) reestimou o déficit fiscal do Governo para 1985 (diferença entre a receita fiscal e os gastos com a administração pública) em Cr\$53 trilhões. A cobertura desse déficit exigirá não apenas aumento na eficiência da máquina arrecadadora mas, também, envolverá elevação de pelo menos algumas alíquotas de impostos.

Dentro do esforço de aumentar a arrecadação pode figurar a criação de algum imposto sobre a transmissão de bens e o aumento de patrimônio, a entrar em vigor a partir do próximo ano fiscal. Essas questões, por lâminas por natureza, serão equacionadas com o concurso do poder legislativo que, possivelmente, tentará poupar os salários de uma investida do fisco, mas, por outro lado, sugerirá um aumento de impostos sobre os ganhos de capital, tratados benevolmente na atual estrutura tributária.

A divulgação da taxa de inflação de abril de 7,2%, medida pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), foi recebida com bastante otimismo entre os diversos setores da sociedade. O controle de preços que o Governo vem exercendo, sobretudo ao nível do atacado, certamente contribuiu para esse resultado, devendo ter, também, impacto positivo no sentido de reverter as expectativas das taxas de inflação para 1985. É sabido que os empresários projetaram, para este ano, taxas que variam de 300% a 350%. Se esses prognósticos não forem revistos, é quase certo que a inflação atinja esse patamar, mesmo na ausência de fatores que objetivamente acelerem a inflação, pois a cada mês esses agentes estão reajustando os preços de seus produtos em percentuais que, anualizados, com ponham aquelas taxas. Dessa forma, o que era uma expectativa passaria a ser uma realidade, que poderia ser agravada por fatores objetivos, como choques de oferta, alta liquidez e política cambial, por exemplo.

A sensível queda da inflação em abril realçou os problemas da nova fórmula de cálculo das correções monetária e cambial, que são determinadas pela média geométrica das taxas de inflação dos três meses precedentes. No curto prazo as taxas de inflação, de um lado, e de correções monetária e cambial, do outro, podem mostrar resultados expressivamente distintos. Foi o caso de abril. Enquanto a inflação ficou em 7,2%, a correção monetária e a correção cambial ficaram em 11,8%, e ficarão em 10% em maio, qualquer

que seja o desempenho do IGP-DI.

No final de abril foi divulgado o novo valor do salário mínimo, que, a partir de 01/05/85, será de Cr\$333.120, como o primeiro passo no sentido de recompor o poder de compra dos trabalhadores. O novo salário é exatamente o dobro do anterior, que vigiu de novembro de 1984 a abril deste ano, e equivale à aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) pleno do período, 89%, mais 5,8%. Enquanto entidades ligadas aos sindicatos dos trabalhadores propunham reajustes que demonstrassem expressivos ganhos reais, alguns setores do Governo e do empresariado demonstravam preocupação com relação aos efeitos inflacionários e sobre a estrutura de custo das empresas que um aumento acima do INPC poderia causar. Prevaleceu uma solução política, que apresentou um ganho real pouco expressivo que não poderá ser apontado como fator de recrudescimento inflacionário.

- POLÍTICA AGRÍCOLA

Em relatório anual referente a 1984, o Banco Central do Brasil aponta dentre os principais fatores que contribuíram para a expansão da base monetária, as operações de comercialização de trigo que envolveram volume de recursos da ordem de Cr\$1.544 bilhões, e a comercialização do açúcar com Cr\$688 bilhões.

Veja-se que as Aquisições do Governo Federal (AGF) consumiram apenas Cr\$261 bilhões naquele ano. Essa reduzida participação dos AGFs se deveu, em grande parte, à atuação da política de preços mínimos bastante modesta para a safra 1983/84, os mais baixos dos últimos cinco anos.

Para a safra 1984/85 além de os preços base, dentro do programa de garantia de preços mínimos, terem crescido em termos reais, o Governo ampliou em dois meses o período de correção monetária desses preços para os principais produtos abrangidos por essa política. Como resultado neste início de entrada de safra os preços mínimos para grande parte dos produtos encontram-se acima ou bem próximos do preço de mercado, não havendo interesse por parte dos produtores em obter financiamentos para o aguardo de melhores preços, o que implica custos financeiros elevados. Diante disso, a pressão do setor agrícola vem sendo no sentido de vender a produção ao Governo, o que transformará o AGF, em 1985, em importante fator de crescimento da base monetária. Até abril, o Governo já havia adquirido cerca de 3,7 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Ao Governo federal interessa assistir o setor agrícola de forma organizada e previsível. Entretanto, a distribuição de recursos vinha sendo feita de forma a que as autoridades econômicas perdessem parte do controle da condução da política, tendo que agir sob pressão. Veja-se que era permitido aos bancos particulares realizar operações de AGF, comprando a

produção que posteriormente era encaminhada à Companhia de Financiamento da Produção (CFP). As operações contratadas, entretanto, excederam em muito os recursos anteriormente autorizados pelo Governo para compras da produção, já que as operações de AGF estão mais vantajosas também para os bancos, nesta safra.

Naturalmente, o Governo deverá ressarcir os bancos que fizeram estas operações o que acarretará expansão das AGFs muito além do previsto.

Para evitar a continuidade dessa desorganização das metas de política, o Governo retransferiu ao Banco do Brasil a exclusividade da execução das aquisições de produtos agrícolas, impedindo a atuação dos bancos comerciais, a não ser em condições especiais. De qualquer forma, as AGFs terão participação bem maior como componente de pressão sobre a expansão da base monetária. Isto não seria problemático se fosse resultado de uma política planejada de formação de estoques para produtos prioritários, como alimentos por exemplo. No entanto, os recursos vêm sendo alocados para compras de produtos como a soja, que vem tendo grande participação nessas operações (cerca de 750 mil toneladas compradas até abril), que tradicionalmente apresenta elevada rentabilidade e cujo processo de comercialização antes envolvia apenas Empréstimos do Governo Federal (EGFs).

O algodão é um outro caso. Estimulado pelos elevados preços do produto na safra passada e pelos preços mínimos remuneradores afiançados para a presente safra, o produto teve a sua oferta expandida significativamente, forçando inclusive exportações gravosas para o Governo, pois, além da isenção de ICM, o produto exige subsídios para que seja competitivo no mercado internacional. As compras de algodão em caroço até abril atingiram 730 mil toneladas.

Outro produto cujas vendas no exterior têm sido fortemente gravosa para a economia do País é o açúcar. Sendo produzido, em média, a um custo de US\$220/t e vendido a US\$80/t no ano de 1984, representou prejuízo da ordem de US\$240 milhões em 1984. O plano do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) para a safra 1985/86 pretende reduzir a oferta de açúcar e elevar a de álcool, mas deixando 14 milhões de toneladas de cana em pé, na busca de reduzir os estoques de açúcar e o ônus do Governo. As despesas estimadas para 1985 na conta açúcar/álcool devem ficar em torno de Cr\$5,0 trilhões.

Também neste momento de busca de soluções para a economia brasileira volta à pauta a questão do subsídio ao trigo. No momento o Banco do Brasil compra o produto aos produtores nacionais e estrangeiros a Cr\$1.231.560/t e revende aos moinhos a Cr\$632.820/t. Isto quer dizer que os moinhos pagam apenas 51% do preço do produto, devendo o custo total da conta - trigo atingir Cr\$4,6 trilhões no corrente ano.

Em um período de pequena disponibilidade de recursos como o presente, para que se possa promover o desenvolvimento de setores conside

rados prioritários é preciso canalizar os escassos recursos para essa finalidade.

O novo Governo tem anunciado como prioritária para o setor agrícola a questão dos alimentos. Para que tal possa se efetivar há que se proceder a uma avaliação dos caminhos seguidos no passado, repensar a questão dos subsídios e reordenar a distribuição dos recursos disponíveis inter setores e dentro do setor rural.

DETERMINAÇÕES REGISTRADAS NO MÊS

- AGF: as Aquisições do Governo Federal (AGFs) passam a ser de exclusividade do Banco do Brasil S/A, admitindo-se operações pelos demais agentes financeiros apenas quando forem feitos para liquidar, no próprio banco, dívidas de crédito rural anteriores ou no caso de não haver agência do Banco do Brasil na localidade (Comunicado DERUR nº 875, de 08/04/85);
- Café: a partir de 01/04/85 passaram a valer os seguintes preços de garantia para compra do produto pelo Instituto Brasileiro do Café (em Cr\$/sc.60,5kg brutos): a) Arábica: 360.000 para café do tipo 6 para melhor isento do gosto rio-zona, e 323.000 para café do tipo 7 para melhor b) Robusta (variedade Conillon): 318.000 para café do tipo 7 para melhor (Resolução IBC nº 31, de 08/04/85);
- Algodão: foram divulgados os preços do algodão em pluma válidos para AGF na safra 1984/85 por tipo do produto (Comunicado DERUR nº 877, de 10/04/85);
- Café: as "Declarações de Venda", a partir de 24/04/85, para embarque entre 01 a 31 de maio de 1985 do café exportado pelo País serão ajustadas aos seguintes preços mínimos por libra peso, para operações à vista:
 - a) café do tipo 6 para melhor, bebida isenta do gosto rio-zona: US\$1,26 quando embarcado pelo Porto de Santos;
 - b) café do tipo 7 para melhor, bebida rio-zona: US\$1,21;
 - c) café do tipo 7/8 para melhor, da variedade "Robusta Conillon": US\$1,21.Nas operações a prazo, os preços serão acrescidos de juros de 1% ao mês sobre o preço líquido de venda (Resolução IBC nº 33, de 23/04/85);
- Trigo: o preço do trigo para vigorar no mês de maio de 1985, para compra aos produtores pelo Banco do Brasil, foi fixado em Cr\$1.231.560/t, para o produto de PH78 (Portaria SUNAB nº 20, de 26/04/85).

COMPORTAMENTO DE PREÇOS

O índice geral de preços recebidos pelos agricultores paulistas (IPR) mostrou, em abril de 1985, aumento de 4,1% em relação ao mês anterior, em consequência dos acréscimos de preços dos produtos vegetais (5,3%) e dos produtos animais (1,4%) (figura 1).

Entre os produtos vegetais, destacaram-se pela elevação de preços: chá (60,0%), que pelas condições climáticas atuais apresenta um desenvolvimento vegetativo mais lento (entressafra); feijão (19,5%), embora os preços ainda permaneçam abaixo do preço mínimo (Cr\$140.715); batata (14,2%), pela diminuição das entradas e maior oferta de lisas; milho (10,8%), sendo que a maior parte das vendas dos produtores é realizada ao Governo, já que por parte da indústria as compras estão bastante limitadas; amendoim (9,9%), embora o produto esteja apresentando dificuldade na comercialização; soja (9,1%), ficando o preço acima do mínimo de abril (Cr\$46.740); banana (8,8%) e arroz (6,4%), cujas vendas para o Governo era ainda a melhor opção de negócio para o produtor.

Do grupo dos produtos animais, preços mais baixos foram registrados para ovos (-11,3%) e aves (-2,2%), devido à retração no consumo e aumento da oferta. As carnes bovina e suína mostraram pequena alteração nos preços, praticamente mantendo os mesmos níveis de março. O preço médio do leite cresceu 4,3% relativamente ao preço médio do mês anterior e as pastagens em bom estado têm garantido boa oferta do produto.

O índice geral de preços pagos pela agricultura paulista (IPP) cresceu 5,6% em relação ao mês anterior, sendo de 6,5% o aumento no preço dos insumos adquiridos fora do setor agrícola e de 3,6% o dos insumos adquiridos no próprio setor (figura 2). Destacam-se os acréscimos nos preços de utensílios e ferramentas (15,7%); construção e reparos (14,4%), em função dos preços dos materiais de construção; alimento de origem agrícola (6,4%) e adubos e serviços comprados (4,6%).

O índice de paridade (96,51) mostra que as relações de troca continuam desfavoráveis ao agricultor, com uma queda de 1,4%, mostrando uma maior evolução dos preços pagos pela agricultura. Tomando-se o índice de paridade calculado apenas sobre os insumos adquiridos fora do setor agrícola - 90,66 - observa-se uma maior deterioração da relação agricultura/indústria (figura 3).

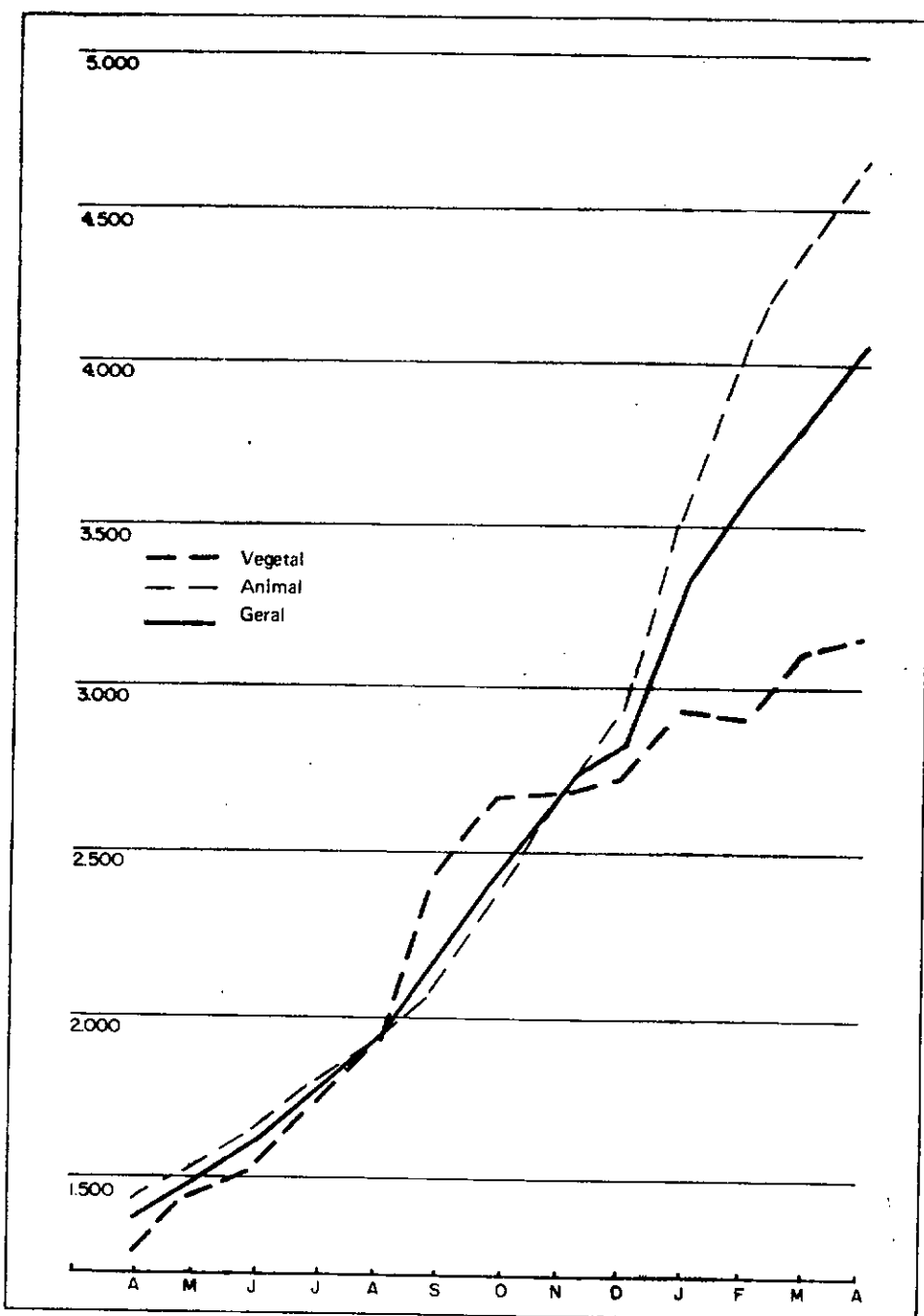


FIGURA 1. - Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores do Estado de São Paulo, Abril de 1984 a Abril de 1985. Base: 1961-62 = 100.

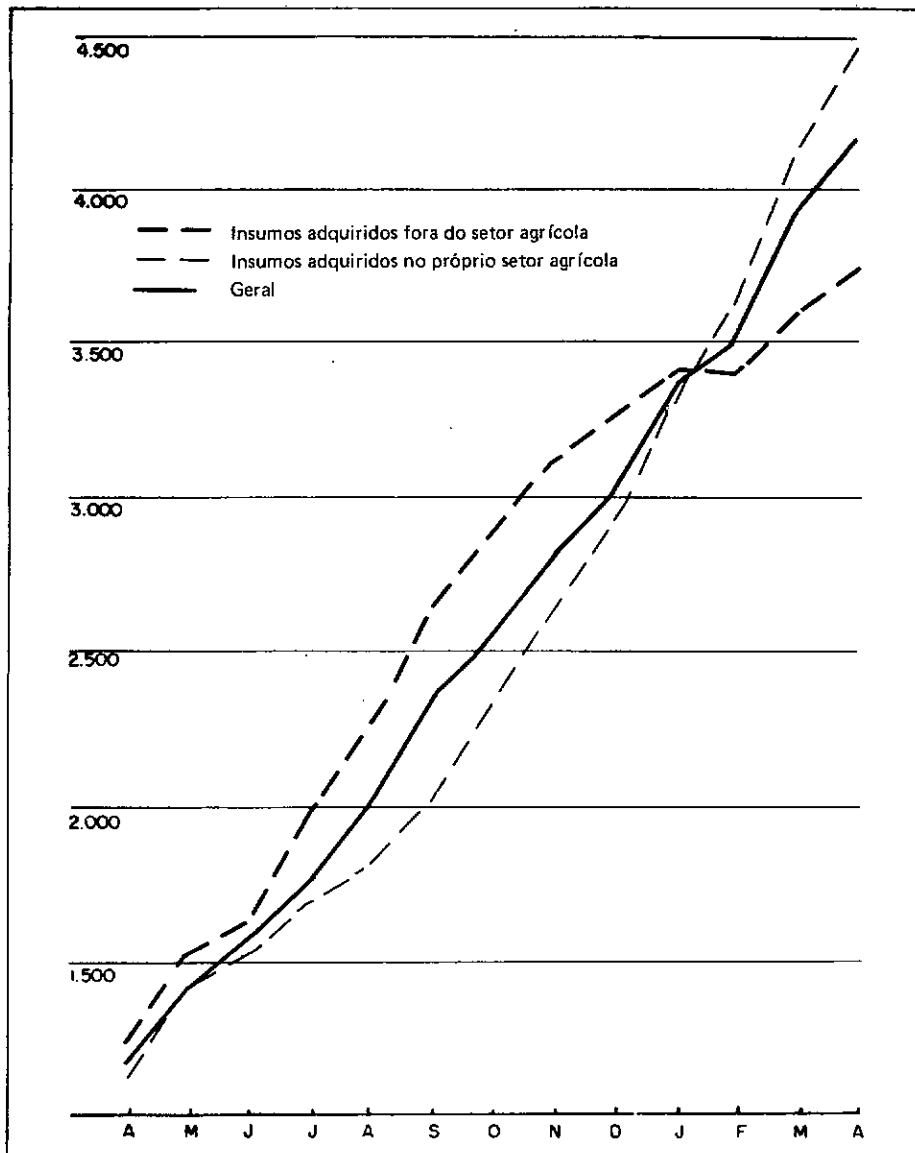


FIGURA 2. - Evolução do Índice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista, Abril de 1984 a Abril de 1985. Base: 1961-62 = 100.

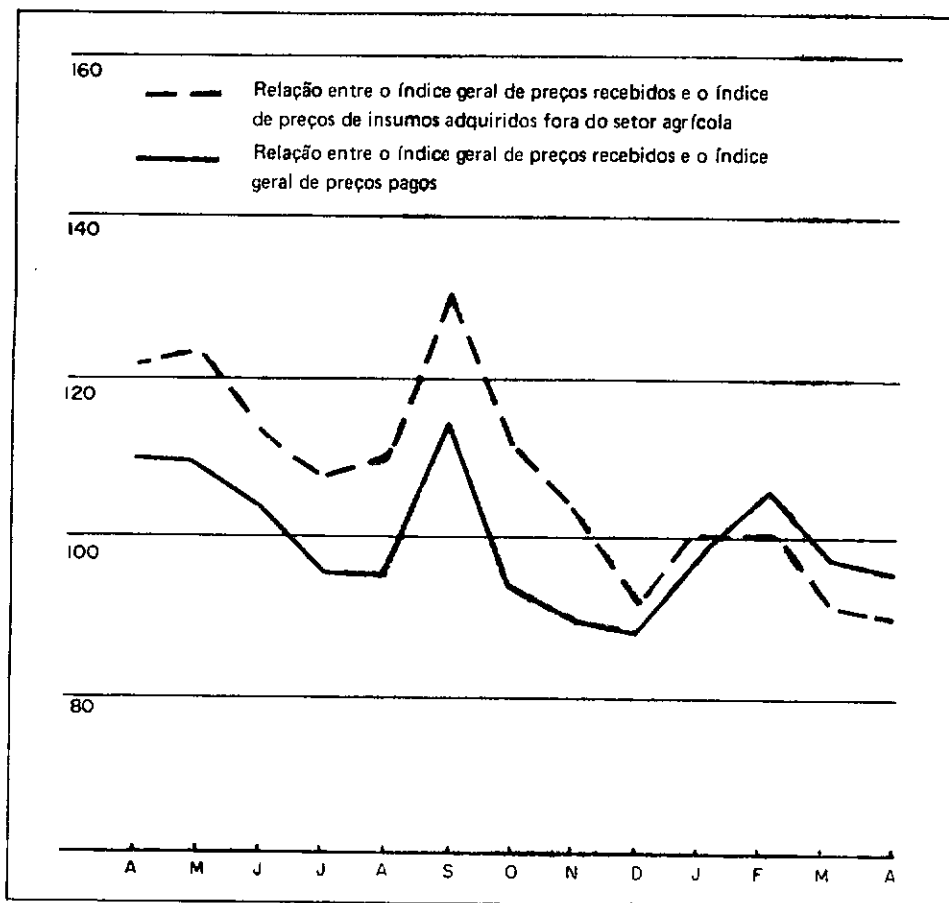


FIGURA 3. - Evolução do Índice de Paridade no Estado de São Paulo, Abril de 1984 a Abril de 1985. Base: 1961-62 = 100.

A variação mensal do índice geral de preços (IGP), no conceito de disponibilidade interna, foi de 7,2%, o menor dos últimos tempos, mas a perda do poder aquisitivo da média dos agricultores ainda persiste, pois o IPR elevou-se em apenas 4,1%. O índice de preços no atacado - gêneros alimentícios variou de 6,5%, mostrando que o setor atacadista continua menos vulnerável à inflação que o setor produtivo (figura 4).

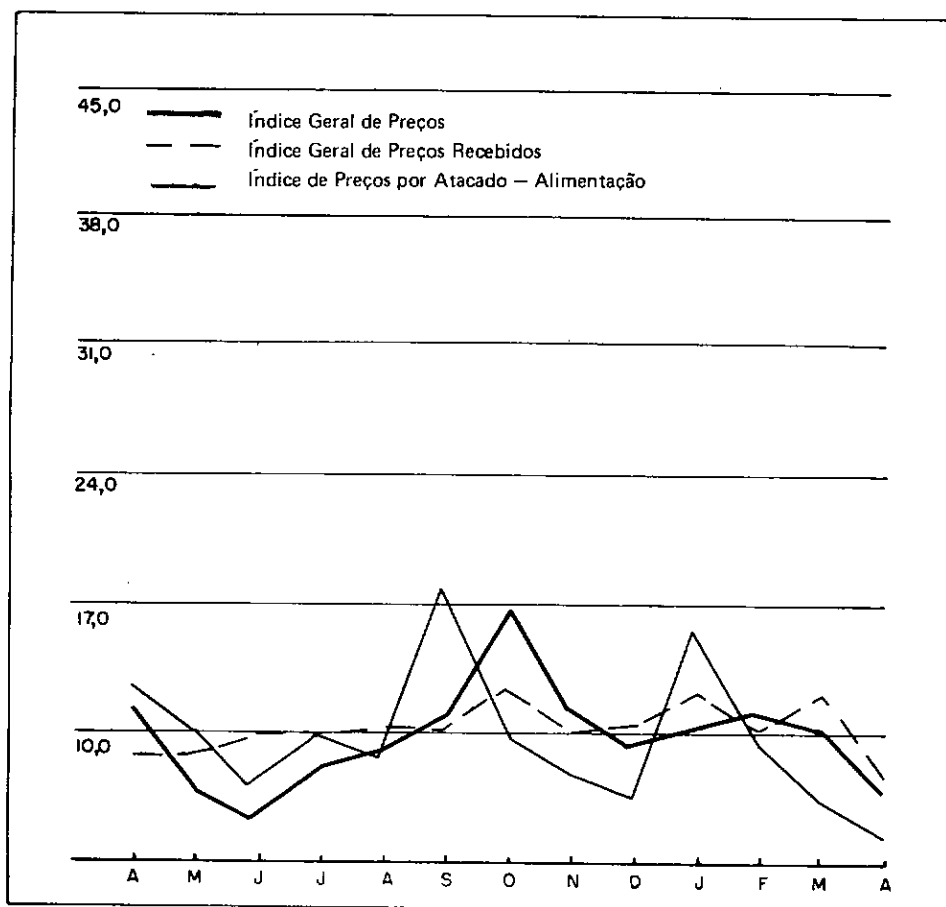


FIGURA 4. - Variação Percentual do Índice de Preços Recebidos pelo Agricultor Paulista, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, e do Índice de Preços por Atacado - Item Alimentação, Abril de 1984 a Abril de 1985.

CESTA DE MERCADO

A evolução dos preços de alimentos, no domicílio, da família paulistana de tamanho e renda médios, foi de 5,4% em abril (quadro 3). Esse percentual é o menor registrado no ano, abaixo da inflação (7,2%) e, consideravelmente, inferior ao de abril de 1984 (10,7%). Os dispêndios totalizaram Cr\$453.282 contra Cr\$430.238 do mês de março. Os maiores aumentos de preços ficaram para os produtos de origem vegetal (6,4%) e os de origem animal com 3,4% (quadros 4 e 5). O valor total despendido atinge no ano 47,3% (inflação 49,99%) e em 12 meses 179,9% (inflação 228,8%).

QUADRO 3. - Variações Percentuais da Cesta de Mercado, Cidade de São Paulo, 1984 e 1985

Mês	Variação em relação a		
	Mês anterior	Dez. 1984	Mesmo mês de 1984
Jan.	12,1	12,1	200,8
Fev.	13,8	27,6	204,9
Mar.	9,5	39,8	194,2
Abr.	5,4	47,3	179,9
Mai.
Jun.
Jul.
Ago.
Set.
Out.
Nov.
Dez.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

A contenção dos dispêndios do mês deve-se, em grande parte, à estabilização dos preços da carne suína e às quedas nos preços da carne bovina (-0,7%), frango (-2,7%), ovos (-4,8%) e derivados de porco — banha (-2,9%) e toucinho (-0,3%). Em paralelo, considera-se essa contenção um prelúdio dos reflexos da portaria nº 40, de 18 de março de 1985, baixada pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), que reenquadra no controle de preços todos os produtos e serviços que estão sob a sua competência, inclusive alguns produtos da alimentação em acordo bilateral das indústrias e supermercados sem repasses de preços. Ressalte-se que os preços do Instituto de Economia Agrícola (IEA) são coletados em amostra composta por supermercados, feiras, empórios, quitandas e açougues.

As variações de preços de produtos básicos foram: pão (12,7%), arroz (10,9%), feijão (9,9%), farinhas (8,3%), macarrão (6,5%), óleo de soja (6,5%), óleo de milho (11,5%) e café (1,2%). O preço do açúcar refinado manteve-se constante.

Entre os olerícolas verificou-se redução de preços para tomate (-15,9%), alface crespa (-3,3%), pepino (-2,8%) e mandioquinha (-2,1%). As cotações mais acentuadas foram: salsa/cebolinha (69,8%), pimentão

QUADRO 4. - Variações Percentuais dos Custos de Alimentação, Produtos de Origem Vegetal, Produtos de Origem Animal e do Total da Cesta de Mercado, em Relação ao Mês Anterior, Variação Média Mensal, Anual e Acumulada na Cidade de São Paulo, 1984 e 1985

Mês	Produtos de origem vegetal		Produtos de origem animal		Total	
	1984	1985	1984	1985	1984	1985
Jan.	8,8	13,1	11,6	10,7	10,0	12,1
Fev.	15,0	20,9	8,3	2,3	12,3	13,8
Mar.	18,6	10,5	5,8	7,6	13,5	9,5
Abr.	13,9	6,4	5,3	3,4	10,7	5,4
Mai.	2,7	...	14,8	...	6,4	...
Jun.	3,5	...	5,0	...	4,5	...
Jul.	4,4	...	8,5	...	5,9	...
Ago.	6,3	...	11,6	...	8,3	...
Set.	6,8	...	26,5	...	14,5	...
Out.	13,5	...	12,9	...	13,2	...
Nov.	15,2	...	1,6	...	9,3	...
Dez.	7,7	...	1,5	...	5,2	...
Variação média mensal	9,7	12,7	9,5	6,0	9,5	10,2
Variação acumulada (1)	200,7	60,7	181,5	25,9	193,0	47,3

(1) A variação acumulada de 1984 tem como base dezembro de 1983 e a variação acumulada de 1985 tem como base dezembro de 1984.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

(40,7%), beterraba (40,0%), espinafre (19,7%), quiabo (16,4%), couve (15,5%), vagem manteiga (14,3%), agrião (13,5%), abobrinha italiana (13,5%), almeirão (12,2%), batata (10,9%), batata doce (8,6%), cenoura (6,0%), abóbora (5,6%), chuchu (5,3%), mandioca (4,2%), repolho (3,9%), escarola (3,5%) e berinjela (3,0%). O preço de alface lisa e o de cebola (Cr\$1.544/kg) permaneceram nos mesmos níveis. Entre as frutas, verificaram-se acréscimos para: abacate (32,7%), mamão (28,9%), limão Tahity (15,3%), figo (14,8%), limão galego (14,3%), laranja (8,5%) e abacaxi (4,5%). As reduções nas cotações foram para: caqui (-11,5%), tangerina (-6,4%), bana

QUADRO 5. - Dispendio Total Mensal da Família Paulistana, com a Cesta de Mercado, Cidade de São Paulo, 1983, 1984 e 1985⁽¹⁾

(em cruzeiro)

Mês	1983	1984	1985
Jan.	36.060,02	114.742	345.131
Fev.	40.208,33	128.841	392.886
Mar.	46.016,37	146.255	430.238
Abr.	50.514,14	161.946	453.282
Mai.	52.308,70	172.278	...
Jun.	60.330,06	179.977	...
Jul.	70.592,00	190.619	...
Ago.	76.315,00	206.495	...
Set.	89.202,00	236.345	...
Out.	101.803,00	267.635	...
Nov.	104.263,00	292.553	...
Dez.	105.052,00	307.795	...

(¹) Refere-se aos gastos com 70 produtos alimentícios, com base nas quantidades consumidas no domicílio pela família paulistana, de tamanho e renda médios, conforme pesquisa da FIPE/USP - POF 71/72.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

na nanica (-6,1%), uva (-3,6%) e banana maçã (-1,6%).

Os preços dos produtos de origem animal que tornaram positivo o crescimento do grupo (3,4%) foram os laticínios: queijo tipo minas (19,7%), leite tipo B (17,2%), leite especial (14,1%), leite em pó (9,4%), manteiga (9,1%) e queijo tipo prato (5,6%). Ressalte-se que, embora permanecessem com preços constantes no decorrer de abril, os aumentos dos leites tipo B e especial foram captados neste mês. O mesmo ocorre com o pão.